



Mori Energia Holding S.A.
(antiga GD Energia Holding S.A)
Demonstrações Contábeis de
31 de dezembro de 2018



MORI ENERGIA HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	2
Quadro I Balanço patrimonial.....	5
Quadro II Demonstração do resultado	6
Quadro III Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido	7
Quadro IV Demonstração dos fluxos de caixa das operações.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Abreviaturas:

IRPJ	–	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
CSLL	–	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
INSS	–	Instituto Nacional de Seguro Social
FGTS	–	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IRRF	–	Imposto de Renda Retido na Fonte
COFINS	–	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
PIS	–	Programa de Integração Social

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas e administradores da
MORI ENERGIA HOLDING S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Mori Energia Holding S.A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mori Energia Holding S.A., em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de outubro de 2019.

**PARTNERSHIP AUDITORES
INDEPENDENTES S/S**
CRC 2SP023408/O-2



JULIO LUIZ BAFFINI
CONTADOR – CRC 1SP162773/O-2

MORI ENERGIA HOLDING S.A.

QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando incluído de outra forma)

ATIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	(4)	188	100
Impostos a recuperar	(5)	12	-
		200	100
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos	(6)	9.458	-
		9.458	-
TOTAL DO ATIVO		9.658	100
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Contas a pagar	(7)	38	-
		38	-
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	(8)	6.944	-
		6.944	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	(9a)	100	100
Adiantamento para futuro aumento de capital	(9b)	3.130	-
Prejuízos acumulados		(554)	-
		2.676	100
TOTAL DO PASSIVO		9.658	100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MORI ENERGIA HOLDING S.A.

QUADRO II – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

(Em milhares de reais, exceto quando incluído de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		-	-
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		-	-
LUCRO BRUTO		-	-
Despesas Administrativas	(10)	(73)	-
Equivalência Patrimonial	(6)	(27)	-
RESULTADO OPERACIONAL DO SERVIÇO		(100)	-
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas Financeiras		69	-
Despesas Financeiras		(507)	-
	(11)	(438)	-
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(538)	-
Imposto de renda pessoa jurídica	(12)	(10)	-
Contribuição social	(12)	(6)	-
		(16)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(554)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MORI ENERGIA HOLDING S.A.

QUADRO III — DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais, exceto quando incluído de outra forma)

	Capital Social	Capital a Integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 30 de novembro de 2017 (Nota 9)	100	(100)	-	-	-
Integralização do capital social	-	100	-	-	100
Saldo em 31 de dezembro de 2017	100	-	-	-	100
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 9b)	-	-	3.130	-	3.130
Prejuízo do exercício	-	-	-	(554)	(554)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	100	-	3.130	(554)	2.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MORI ENERGIA HOLDING S.A.

QUADRO IV — DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando incluído de outra forma)

	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo líquido do exercício	(554)	-
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício ao caixa		
▪ Equivalência Patrimonial	27	-
	(527)	-
(Aumento) nos ativos circulante e realizável a longo prazo:		
▪ Impostos a recuperar	(12)	-
	(12)	-
Aumento nos passivos circulante e exigível a longo prazo:		
• Contas a pagar	38	-
	38	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(501)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
▪ Aquisições de ativos investimentos	(9.485)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(9.485)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
▪ Captação de empréstimos	6.944	-
▪ Integralização de capital	-	100
▪ Adiantamento para futuro aumento de capital	3.130	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	10.074	100
Aumento de caixa e equivalente de caixa	88	100
Caixas e equivalentes de caixa no fim do período	188	100
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	100	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	88	100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MORI ENERGIA HOLDING S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando incluído de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mori Energia Holding S.A, antiga GD Energia Holding S.A, é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rua Domingos de Morais, número 2.187, sala 720, Bloco Paris, CEP: 04.035-000, Bairro Vila Mariana, São Paulo, São Paulo, Brasil.

A Companhia tem por objeto social a participação, em caráter permanente ou temporário, no capital e nos resultados, na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de debêntures, como controladora ou minoritária, de outras sociedades nacionais ou estrangeiras, com o objeto principal de desenvolver projetos de infraestrutura no setor de energia, nos termos da Lei n° 99.478/2007.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis e as notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e normas aplicáveis às Empresas de serviço de energia elétrica, definidas pelo poder concedente, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

3. BASE DE ELABORAÇÃO E POLITICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas são apresentadas a seguir:

3.1) Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem numerários em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas com base no valor da operação acrescida dos rendimentos auferidos.

3.2) Investimentos

Os investimentos em empresas são avaliados e contabilizados pelo método da equivalência patrimonial conforme CPC 18 (R2).

3.3) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.4) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) sobre o lucro líquido foram calculados com base no regime tributário de lucro presumido.

3.5) Apuração do resultado

É observado o regime de competência para registrar as receitas e despesas do exercício.

3.6) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo valor justo. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros.

3.7) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

a) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

- IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo (Ativo de Direito de Uso) e passivo (Outros Passivos) a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do Ativo de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Será aplicado o método de transição retrospectivo modificado, o qual não requer a apresentação de informações comparativas, e o passivo e o ativo de direito de uso são reconhecidos pelo valor presente das parcelas remanescentes. A transição para a IFRS 16 não acarretará em uma variação significativa do ativo total e sem impactos no patrimônio líquido.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Aplicações financeiras	188	100
	188	100

Referem-se substancialmente a fundos de renda fixa em bancos de primeira linha.

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2018	2017
Imposto de renda sobre aplicação financeira	12	-
	12	-

6. INVESTIMENTOS

A Companhia mantém investimentos nas UFV (Usinas Fotovoltaicas), Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A, Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A, Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A e Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A.

	Patrimônio líquido (investida)		Participação no exercício %		Investimento	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
UFV Janaúba (a)	18.456	-	51%	-	9.413	-
UFV Corinto (b)	30	-	51%	-	15	-
UFV Manga (c)	30	-	51%	-	15	-
UFV Lagoa Grande (d)	30	-	51%	-	15	-
	18.546	-			9.458	-

- (a) Janaúba Geração de Energia foi constituída em fevereiro de 2018;
 (b) Corinto Geração de Energia foi constituída em setembro de 2018;
 (c) Manga Geração de Energia foi constituída em setembro de 2018; e
 (d) Lagoa Grande Geração de Energia foi constituída em novembro de 2018.

Em 2018, movimentação do investimento, está resumida da seguinte forma:

	Janaúba	Corinto	Manga	Lagoa Grande	Total
Saldo em 2017	-	-	-	-	-
Movimentação do período					
(+) Aquisição de investimento	9.440	15	15	15	9.485
(-) Equivalência patrimonial	(27)	-	-	-	(27)
Saldo em 2018	9.413	15	15	15	9.458

7. CONTAS A PAGAR

	2018	2017
UFV Lagoa Grande	15	-
UFV Corinto	13	-
UFV Manga	10	-
	38	-

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2018	2017
Empréstimos estrangeiros	6.944	-
	6.944	-

Os Empréstimos foram utilizados nas aquisições dos investimentos nas UFV (Usinas Fotovoltaicas) destacados na Nota 6.

	Movimentação em 2018				
	Indexador	Principal	Juros	Varição Cambial	Total
GD Energy LLC	1,86 aa	6.439	74	431	6.944
		6.439	74	431	6.944

9. PATRIMONIO LIQUIDO

Em 30 de novembro de 2017 através do contrato social foi constituída a empresa GD Energia Holding Ltda com capital social de R\$100 (Cem mil reais).

Em abril de 2018, conforme 1ª Alteração Contratual, houve a transferência de 30.000 Ações Ordinárias, no valor de R\$30 dos sócios Pessoas Físicas para a empresa Hikari Participações Ltda.

Em julho de 2018, conforme Ata de Reunião, os sócios quotistas deliberaram e realizaram a transformação da sociedade de "Societário Limitada" para "Sociedades por Ações", conforme conversão das quotas da Sociedade Limitada em ações da Sociedade por Ações, com preço de emissão de R\$1,00 (Um real) cada ação e distribuição do Capital social.

Também em julho de 2018, conforme Contrato de Cessão e Transferência de Ações, houve a transferência de 70.000 Ações Ordinárias, no valor de R\$70 dos sócios Pessoas Físicas para a empresa Mori Energia Solar Participações e Administração Ltda.

Em janeiro de 2019, conforme Ata de Assembleia Extraordinária, os sócios quotistas deliberaram a alteração da razão social da Companhia passando de GD Energia Holding S.A para Mori Energia Holding S.A.

a) Capital Social

O capital social da Companhia está assim distribuído:

	2018		2017	
	Ações	R\$(000)	Quotas	R\$(000)
Pessoas Físicas	-	-	100.000	100
Mori Energia Solar Participações e Administração Ltda	70.000	70	-	-
Hikari Participações Ltda	30.000	30	-	-
	100.000	100	100.000	100

b) Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC

Em março de 2019, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, os sócios quotistas deliberaram e realizaram a integralização de capital referente ao AFAC registrado em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$3.130.

10. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Serviços prestados por terceiros (a)	(58)	-
Assistência jurídica (b)	(7)	-
Assistência contábil	(5)	-
Impostos, taxas e contribuições	(2)	-
Material de escritório	(1)	-
	(73)	-

(a) *Serviços de consultoria e assessoria administrativa (BDE Associates Serviços Administrativos e Consultoria Ltda).*

(b) *Serviços de Assessoria Jurídica (Montenegro, Zancocchi e Gentile Advogados).*

11. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita financeira		
Receita de aplicação financeira	69	-
Despesa financeira		
Variação cambial não realizada	(431)	-
Juros sobre os empréstimos	(74)	-
Despesas bancárias	(2)	-
	<u>(507)</u>	<u>-</u>
	<u>(438)</u>	<u>-</u>

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Base de cálculo (receita financeira)	<u>69</u>	<u>-</u>
Imposto de renda pessoa jurídica (15%)	(10)	-
Contribuição social (9%)	(6)	-
	<u>(16)</u>	<u>-</u>

A empresa está no regime do lucro presumido e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

13. PASSIVOS CONTINGENTES

Não existem processos em aberto/pendentes contra a Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As características operacionais e a estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é pequeno. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização dos diversos instrumentos financeiros, denominados derivativos, para proteção dos riscos.

15. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados adequados, para cobrir danos ou prejuízos causados a terceiros, considerando a natureza de sua atividade. Atualmente, a Companhia não possui uma apólice de seguro para cobrir seus próprios ativos.

* * *